



Anais da Assembléia

Nº 147

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 218ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 1975 (Segunda-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Maurício Fruet, secretariada pelos Senhores Deputados Lineu Turra e Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes, e Werner Wanderer (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Del Ciel, Domício Scaramela, Enéas Faria, Nilso Sguarezzi e Otássio Pereira (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 164/75.

— de autoria do Senhor Deputado Maurício Fruet, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 158/75.

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 154/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, regimentalmente, a consagração na ata dos trabalhos da sessão de hoje de voto de regozijo pela passagem, no último dia 15, do 105º aniversário da instalação do município de Rio Negro, criado pela Lei Provincial nº 219 de 2 de abril de 1870.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos Exmos. Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal, respectivamente Srs. Alceu Swarowski e José Müller.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

após ouvido o plenário, requer seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao Padre Boleslau Liana, vigário da Paróquia de Batéias, município de Campo Largo, pela inauguração na última quinta-feira, dia 13 do corrente, do prédio destinado às futuras instalações do Centro de Saúde daquela localidade.

A magnífica construção recém-inaugurada, com área de 700 m², conta com todos os requisitos indispensáveis para a finalidade a que se destina, contou com a presença de Da. Maria de Lourdes Araújo Canet, digníssima esposa do Governador Jayme Canet e de Da. Rosi de Oliveira Busato, digníssima esposa do Secretário de Saúde e Bem Estar Social, Dr. Arnaldo e outras autoridades desta Capital e de Campo Largo.

Merece destaque especial o fato de que o citado prédio foi construído sob a orientação do Padre Boleslau, exclusivamente, com recursos financeiros da população de Batéias, através de companhias e doações do povo, que agora vê, com justificação orgulho, a concretização dessa louvável iniciativa do seu grande benfeitor.

Esses os motivos pelos quais desejamos enaltecer as virtudes do Padre Boleslau, estrangeiro de nascimento, mas brasileiro de criação, que há nove anos reside em Batéias, onde vem desenvolvendo extraordinária obra de assistência social e que, pelos relevantes serviços prestados à comunidade tornou-se credor da simpatia e admiração dos habitantes da localidade.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se conhecimento da decisão da Casa ao Padre Boleslau Liana, Vigário da Paróquia de Batéias.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1975.

a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, nos termos regimentais e após ouvir o plenário, requerem a Vossa Excelência seja constituída uma Comissão de cinco Srs. Deputados, para nos dias 20, 21 e 22 do corrente, visitarem a empresa Companhia Fotográfica Euclides S/A., sediada em Lins, Estado de São Paulo, especializada nos ramos de identificação civil.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1975.

a) ADALBERTO DAROS

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, na qualidade de Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Setor de Educação, para expor e finalmente requerer o seguinte:

I — A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Setor de Educação, foi criada no dia 09 de setembro de 1975, a requerimento subscrito por número legal de Deputados, na forma Constitucional;

II — A CPI em questão foi requerida para funcionar com sete (7) membros, com a duração de 120 (cento e vinte) dias;

III — Constituída, foi a mesma instalada no dia 18 de setembro de 1975;

IV — A CPI está em franco funcionamento, realizando duas sessões diárias para a tomada de depoimentos, independentemente despedidos de informações que dirige às autoridades para

a obtenção de documentos que julga necessário às investigações;
V — Todavia, já decorridos dois meses de funcionamento, verificou a Comissão, pela unanimidade de seus membros, que o grande volume dos serviços impedirá a conclusão de seus trabalhos, até o dia 5 de dezembro próximo, fim do período ordinário da Assembléia;

VI — Nessas condições, deliberou a Comissão, ainda por unanimidade de seus membros, requer seja concedido a prorrogação do prazo, por mais 60 (sessenta) dias, contados à partir do início da próxima sessão legislativa, nos termos do que dispõe o Art. 5º, § 2º, da Lei 1579, de 18 de março de 1952 e que regula a constituição e funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1975.

a) JORGE SATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental requer, ouvida, a Casa seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido de que determine a reconstrução da Ponte da Cachoeira, que liga Umbará, município de Curitiba, a São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

A Ponte da Cachoeira, que é de madeira, por ter sido construída há muito tempo, e pela excessiva utilização da mesma, está ameaçada seriamente de ruir.

Levando-se em consideração que Umbará tem aproximadamente 400 caminhões que transportam tijolos, areia, pedra e tantos outros materiais, inclusive madeira, pois lá estão localizadas Serrarias, olarias que abastecem quase que toda a construção civil de Curitiba e arredores, além de transportarem a produção agrícola da região, e sendo que tais caminhões passam por esta ponte, é evidente que sendo ela de madeira e pelo desgaste natural do tempo de utilização, esteja necessitando de urgente reconstrução, sob pena de se ver ruída em pouco tempo.

Naturalmente a economia, daquela região, acha-se condicionada ao transporte de sua produção, o qual é feito por esta ponte, e que na ausência dela, seria necessário que os caminhões fizessem uma volta bastante longa pela BR-116, o que implicaria num desgaste desnecessário de tempo e conseqüente aumento de despesas de transporte.

Assim sendo, solicitamos aos ilustres Pares, o apoio e aprovação do que ora solicitamos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado, que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e Cultura, no sentido de que determine seja efetuada a reforma e ampliação do Ginásio Estadual Dr. José de Sá Nunes e do Grupo Escola r Olavo Bilac, cujas instalações são precaríssimas e insuficientes para atender pelo menos, as mais elementares necessidades do ensino.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1975.

a) ALFREDO GULIN

JUSTIFICATIVA:

O Ginásio Estadual Dr. José de Sá Nunes, tem registrado inúmeras ocorrências no tocante a administração, por problemas de ordem física de prédio, pois em anos anteriores, à medida que aumentava a clientela escolar, foram sendo acrescentados novas salas de aula, de precárias condições de construção, sendo que algumas delas já estão caindo e seis delas, são excessivamente pequenas.

Não se olhou na parte de sanitários ao se construir novas salas. No último ano, com verba da Contribuição Comunitária, foi efetuado um conserto geral no manilhamento e fossas, no

entanto o número de sanitários continua o mesmo. Um único sanitário para professoras e professores.

Neste prédio funcionam turmas de alunos de 1º a 8º ano, em regime de três turnos diurnos, e um noturno, sendo este último o mais procurado, e assim sendo, muitos ficaram sem matrícula em 1975.

Assim sendo a solução para tal problema, seria demolir as atuais salas precárias, de madeira, aproveitando melhor o terreno com construção em pilares para ganhar um pátio coberto e instalações sanitárias adequadas ao exigido pela Saúde Pública, pelo número de alunos. Utilização de um porão abaixo da sala 7, desde que aprofundado mais um metro, pois o terreno permite. Cobertura do pátio que servirá de salão para reuniões, projeção, etc.

Ampliação do terreno da Escola, com a aquisição (desapropriação) de lotes ao lado, ou de terrenos nas imediações para construção de novas salas e pátio de esportes.

Quanto ao prédio onde funciona o Grupo Escola r Olavo Bilac, este tem apenas 8 salas, que são assim distribuídas: 1º e 2º turnos até às 15,00 horas com alunos da 1ª a 4ª série, de 15,20 às 22,30 com alunos de 5ª a 8ª e 2ª a 4ª série ginásial (noturno) Não existe local apropriado para Educação Física.

A solução seria construir prédio próprio para 1ª a 8ª série, em local já indicado pela Direção do Grupo Escolar à Secretaria de Educação, ou então, outro que o Órgão Competente indicar.

Note-se a luta que Diretoria e Professores tem tido para conseguir ministrar aulas ao grande número de alunos que procuram a escola, tanto o ginásio como o Grupo Escolar, pois às insuficientes e precárias instalações não permitem que a sua missão seja levada a contento, apesar de todos os seus esforços e isto sem contar com o grande número de alunos que ficam sem estudar, por falta de salas de aula, uma vez que, aquele bairro é bastante populoso.

Desta forma, urge que sejam tomadas, providências para a reforma a ampliação dos prédios mencionados, para que possam aqueles estudantes ver solucionadas as dificuldades que têm encontrado para começar e concluir seus estudos.

Assim, solicitamos aos ilustres Pares, o devido apoio e conseqüente aprovação do presente.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 169/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — O inciso XVI, do artigo 60, da Lei Complementar nº 2, de 18/06/73, passa a ter a seguinte redação:

"XVI — Remeter ao Ministério Público, no prazo de dez (10) dias, para os devidos fins, as contas rejeitadas, por infração do Decreto Lei nº 1, de 27/02/67".

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1975.

a) JOÃO CIONI NETTO

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração se faz necessária a fim de dar ordenamento no prazo, para que o infrator, como estabelece o Decreto Lei nº 201, de 27/02/67, não fique imune às sanções previstas.

Por estas razões, apresentamos o presente Projeto, esperando do duto plenário o devido apoio e conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 170/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública, o "Lar dos Velhinhos — Sociedade Beneficente", com sede na cidade de Maringá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A Entidade que com este planode lei pretendemos declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela pertinente e, efetivamente, presta relevantes e expressivos serviços à comunidade de Maringá.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa tem a satisfação de anunciar, neste plenário, as presenças do Sr. Prefeito Municipal de Rio Negro e do Presidente da Câmara Municipal da mesma cidade.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos, nesta oportunidade, registrar nossa satisfação, por termos inaugurado, juntamente com o Sr. Secretário da Educação e Cultura, do Sr. Superintendente da FUNDEPAR e Deputado Fidelcino Tolentino, uma escola com 12 salas de aula e demais dependências, no município de Cascavel.

Também, no final da semana, foi inaugurada, no município de Cruzeiro do Oeste, uma escola com 12 salas de aula.

No município de Guaraniáçu, juntamente com o Sr. Superintendente da FUNDEPAR, Dr. Guilherme Lacerda, e do Deputado Alfredo Gulin, foram inauguradas, em dois distritos, de Guaporé, uma escola com cinco aulas e em Diamante, uma escola com 3 salas de aula.

Queremos registrar, nesta oportunidade, nossa satisfação, porque S. Exa. o Sr. Secretário Borsari Neto está cumprindo aquela meta que o Governador Jayme Canet Junuor pretendia "levar escolas onde for necessário".

Queremos deixar consignado nosso regozijo por estarmos em companhia do Sr. Prefeito Municipal e Vereadores do Município de Guaraniáçu, que completa seu 24º aniversário, sendo que, na sexta-feira próxima passada, foi inaugurado o serviço de DDD naquele Município.

Deixamos registrado, nesta oportunidade, o reconhecimento dos Deputados, pelas obras que o Governo do Estado do Paraná está realizando na região Sudoeste do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho com certa assiduidade vindo a esta tribuna para falar sobre determinados preceitos do Estatuto dos Funcionários Cíveis e Militares do Estado. É neste sentido que encaminho à Mesa o seguinte Requerimento. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado signatário deste, usando de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios aos Exmo. Sr. Dr. JAYME CANET JUNIOR, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Dr. GASTÃO DE ABREU PIRES, DD. Secretário de Estado de Recursos Humanos, solicitando sejam cumpridos ao disposto nos artigos 202 e 203 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, assim como, regulamentado por decreto o artigo 204 daquele Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

A Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado), na sua Seção VIII, esta-

beleceu o pagamento do auxílio-doença ao funcionalismo, da seguinte forma:

"Art. 202 — Após cada período de vinte e quatro meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, o funcionário terá direito a um mês de vencimento, a título de auxílio-doença.

Parágrafo único — quando se tratar de licença concedida por motivo de acidente no trabalho ou doença profissional, assim conceituada nos parágrafos 01, 02, 03, e 04 do art. 128, o funcionário fará jus ao auxílio-doença de que trata este artigo, após cada período de doze meses consecutivos de licença.

Art. 203 — O auxílio-doença será pago em folha, a requerimento do interessado.

Art. 204 — Ocorrendo o falecimento do funcionário, o auxílio-doença a que fez jus, até a data do falecimento, será pago de acordo com as normas que forem estabelecidas em decreto".

Como se depreende pela simples leitura desses textos legais, o auxílio-doença deveria ser pago diretamente ao funcionário afastado por licença de tratamento de saúde, mediante simples requerimento, como preceitua o art. 203, após 12 ou 24 meses, respectivamente, segundo consta do art. 202 "caput" ou do parágrafo único desse dispositivo de Lei 6174/70.

Todavia, a administração tem entendido que, para ser efetuado o pagamento do auxílio-doença, é necessário a lavratura de um decreto que estabeleça as normas para esse fim, conforme determina o art. 204 da mencionada Lei.

Embora não concordemos com tal interpretação, pois trata apenas do pagamento "post mortem", nada impede que através do decreto seja regulamentado o pagamento desse benefício, desde que não venha em prejuízo de direitos já adquiridos, ou, que, simplesmente, seja determinado que se cumpra o disposto nos artigos 202 e 203 daquele Estatuto, os quais, segundo nosso entendimento, "data vênua", independem de regulamentação, dada a meridiana clareza com que foram redigidos".

Para os servidores públicos de nosso Estado, todavia, o importante é que sejam tomadas pela administração as devidas providências visando solucionar o problema, o que poderá ser feito pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, através da Secretaria de Recursos Humanos".

De acordo, Sr. Presidente, com os arts. 202 e 203 do Estatuto, este benefício, no meu entender, depende exclusivamente de requerimento. Temos recebido informações de que os funcionários que têm requerido não têm merecido acolhida, uma vez que a interpretação administrativa e de que carece de uma regulamentação por decreto.

Embora meu entendimento seja contrário, embora pense e entenda, que basta um simples requerimento do funcionário público para a concessão desse benefício auxílio-doença, o organismo competente não tem entendido assim. O Art. 204 fala: "Ocorrendo o falecimento do funcionário", isto é questão posterior ao auxílio concedido quando o funcionário ainda em vida.

O SR. PRESIDENTE — Informo ao nobre Deputado que o tempo está esgotado e terá, apenas alguns segundos para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado, terminarei. Encaminho à Mesa este requerimento, solicitando e sugerindo a S. Exa. o Sr. Governador, uma vez que é entendimento da administração pública para regulamentar, que baixe o ato competente para por termo a esta dúvida, que para mim não existe, mas sim à administração do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ócupamos a tribuna para dirigir queixas e reclamações à Mesa, sobre tramitação de matérias nossas e de grande interesse público.

Há cinco meses, mais ou menos, apresentamos à Casa projeto de lei que procura criar o município de Figueira, desmembrando-o do município de Curiuva.

Até hoje, esse projeto não retornou à pauta, e não recebeu sequer parecer da Comissão competente. Não bastassem nossas queixas e reclamações, assim como o pedido de urgência, até o presente, não sabemos onde se encontra.

Vejam, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o prejuízo que isto está trazendo porque se tivesse, esse projeto, recebido parecer da Comissão naturalmente, estaria tramitando e deveria estar em fase de aprovação, esse projeto, de lei e consequentemente no ano que vem, ano de eleições municipais, o novo município de Figueira, que se pretende criar, já teria seu novo Prefeito.

Desta feita, a Assembléia, através de sua douda Mesa Executiva, comete o pecado, fazendo com que projetos de Deputados permaneçam nas Comissões por mais tempo do que aquele determinado pelo Regimento Interno.

Nós pedimos encarecidamente que a Mesa providencie no sentido de que venha à pauta o mais imediato possível, o Projeto de Lei o qual reclamamos.

Reclamamos ainda, nesta oportunidade sobre um requerimento nosso aprovado e sem nenhuma providência da 1ª Secretaria, há mais de 3 meses; trata-se de requerimento criando o Distrito de Lidianópolis no município de Jardim Alegre. Pedimos Srs. componentes da Executiva desta Assembléia, através deste nosso pronunciamento no Pequeno Expediente, as providências urgentes, urgentíssimas, porque já requeremos em caráter de urgência, a presença na pauta, do projeto antes denunciado.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado, que o referido Projeto de Lei está na Comissão de Constituição e Justiça, naturalmente aguardando documentos necessários para supri-lo a fim de ser votado. Estes documentos, são requisitados pela Comissão e pela Mesa, aos órgãos competentes; um deles, Sr. Deputado, apenas para que V. Exa, tenha idéia do que seja, do distrito a ser município, da parte do município a ser desmembrado, 1,5 por cento da arrecadação geral do Estado, no ano anterior. V. Exa. vê, que praticamente não há, criação de municípios em nenhuma parte do Brasil, com esta exigência da Lei Complementar 01 e Ato Complementar 46.

Nestas condições, enquanto o seu Projeto de Lei não tiver recebido todos os requisitos necessários para ser votado, inclusive anuência prévia do Sr. Presidente da República, não poderá ser trazido a plenário.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, eu gostaria de informar da Mesa, que providências foram tomadas, em tempo hábil, e gostaria de receber fotocópias ou cópias dos expedientes encaminhados ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao IBGE, e à Secretaria de Finanças do Estado, pedindo os 3 itens necessários ao meu projeto de lei, que foi entregue à Mesa Executiva há mais de 5 meses.

O SR. PRESIDENTE — A Assembléia não fará pedidos ao Presidente da República, apenas os interessados, talvez o nobre Deputado esteja interessado, devem encaminhar pedidos de tal natureza. A Assembléia receberá e votará, quando estiver completo, com os requisitos necessários.

A resposta veio, está até no bojo do processo, assim como de outros tantos que têm sido encaminhados para o mesmo fim, criação de municípios em nosso território.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Questão de ordem) Sr. Presidente, gostaria que meu Projeto de Lei fosse devolvido ao autor, para que as providências fossem tomadas, no sentido de se proceder a busca, a aquisição destes documentos necessários para que sua tramitação não fique prejudicada, e o projeto não fique fora de pauta.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem que requerer por escrito, a retirada do Projeto de Lei.

O SR. LÚCIO MACHADO — (Questão de ordem) Data vênha, eu diria a V. Exa. que, pedir a retirada do projeto de pauta, seria anular o meu trabalho.

Gostaria que V. Exa. encontrasse uma outra forma, para que eu requeresse vistas do Projeto.

O SR. PRESIDENTE — Será pedido à Comissão de Constituição

e Justiça, para que conceda vistas ao autor do Projeto.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Questão de ordem) Sr. Presidente, com referência ao mesmo assunto, queria fazer um apelo à Mesa.

Sr. Presidente, há um projeto de criação de distrito. Já há mais de 3 meses, tem documentação completa, em regime de urgência, já verifiquei na CCJ, a documentação está completa e se passar mais um mês ela perderá a oportunidade da criação de distrito, porquanto na nova organização judiciária não haverá tempo da criação. Se possível, peço a reconstituição deste Processo para vir a Plenário.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa ao nobre Deputado que a Lei Complementar nº 1, exige no seu artigo primeiro: "A criação de Municípios depende de Lei Estadual que será precedida da comprovação de requisitos estabelecidos nesta lei, de acordo com as populações interessadas. O processo. . ." etc.

Naturalmente são esses os recursos. Ato Complementar 46 e Lei Complementar 1, que não têm permitido que a Comissão de Constituição e Justiça, possa enviar os projetos em condições de serem votados nesta Casa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nesta caso é distrito e tinha parecer de outubro de 75, publicado no Diário Oficial da União e não atinge a criação de distrito.

O SR. PRESIDENTE — Ato Complementar 46 no seu Artigo 1º diz o seguinte: "Fica mantida a Organização Administrativa e Judiciária dos Estados e seus municípios e Distrito Federal vigente a 31 de dezembro de 1968".

Nenhuma modificação poderá ser feita na Organização Administrativa e Judiciária, a que se refere este Artigo, sem prévia autorização do Presidente da República, ouvido o Ministério da Justiça.

Naturalmente são esses os requisitos do Ato Complementar 46 e no caso dos Municípios da Lei Complementar 1, que não têm permitido que a CCJ possa liberar os projetos em condições de serem votados e apreciados pela Casa.

É a falta de requisitos.

A Mesa tem que apreciar nesta Casa. Depende da CCJ, e esta naturalmente não pode liberar ao plenário, porque não estão cumpridos os requisitos exigidos para a criação de municípios e distritos.

Tem a palavra, o quarto orador inscrito Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de abordar o assunto que nos trouxe a tribuna, queremos dizer da nossa satisfação em termos novamente conosco em nosso convívio, o ilustre Deputado Accioly Neto, ilustre Presidente da CCJ de nossa Casa de Leis. Trata-se de um dos mais brilhantes Deputados desta Legislação, acometido de um pequeno mal.

Ele hoje, com todo o vigor, está aqui para continuar a defender os mais altos interesses do povo que o trouxe a esta Casa de Leis.

Não poderíamos, Sr. Presidente, deixar passar despercebido um acontecimento da semana passada. Trata-se de inauguração de um prédio no município de Bateias, Município de Campo Largo, um prédio de 700 metros quadrados, de área construído sob a liderança do Padre Boleslau Liana, polonês de nascimento e brasileiro de coração, há nove anos radicado naquela localidade, e com recursos próprios, e nisto quero enaltecer o fato pela sua singularidade — sem um centavo sequer dos Poderes constituídos quer municipais, estaduais ou federais, construiu 700 metros quadrados, numa construção de primeiríssima, para ali funcionar o setor de saúde.

Estiveram presentes ilustres damas de nossa sociedade, a esposa do Governador do Estado, a esposa do Secretário de Saúde e Bem Estar Social, verificando a suntuosidade do prédio construído com dinheiro exclusivamente dos paroquianos da localidade de Bateias.

Queremos hoje, se assim entenderem os Srs. Deputados, propor que seja consignado na Ata dos nossos trabalhos, um voto de congratulações ao Padre Boleslau Liana, pelo fato de ter conseguido em curto espaço de tempo, o que muitos não fizeram em quase uma eternidade.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de fazer as comunicações que me trazem à tribuna, desejo, em nome da ARENA, dizer da satisfação que nos invade a todos e a alegria de que estamos tomados quando vemos novamente neste plenário, a figura do extraordinário Deputado e grande amigo Francisco Accioly Neto, que retorna hoje às suas lides parlamentares. Sabemos que a Assembléia não pode prescindir de sua inteligência e de seu trabalho, razão pela qual, em nome da bancada, damos as boas vindas a S. Exa.

Sr. Presidente, estava programada para hoje, no auditório desta Assembléia, a visita do Dr. Paulo Ribeiro Carneiro, Secretário dos Negócios da Agricultura no Estado do Paraná.

Na oportunidade haveria de apresentar e discutir com os Srs. Deputados, os planos de ação daquela Pasta para o Exercício de 1976.

S. Exa. por pretender discutir o plano de 76 com os Srs. Deputados, depois que o Sr. Governador tivesse conhecimento do mesmo, e considerando que o Sr. Governador só terá audiência com aquele Secretário no dia de amanhã, transferiu sua visita para o próximo dia 20, quinta-feira, no horário anteriormente fixado, de 16:15 horas.

Ficam portanto, informados os Srs. Deputados da ARENA e do MDB, de que aqui estará o Sr. Secretário da Agricultura, acompanhado de seus assessores para apresentar e discutir o plano de ação daquela Pasta para 76.

Tenho também, Sr. Presidente, notícia — quero crer — auspiciosa para esta Casa. Solicitou-me o Sr. Governador do Estado que comunicasse o envio para a Assembléia Legislativa, do anteprojeto capeando Mensagem Governamental, propondo o novo Estatuto do Magistério do Paraná.

O Governador pretende que a mensagem acompanhada do anteprojeto do novo estatuto, chegue às mãos da Presidência, desta Assembléia, ainda no decorrer deste mês de novembro. Era a notícia que pretendia trazer, para que os Srs. Deputados, durante o recesso, tivessem a oportunidade de, xerocando o documento, estudá-lo, discuti-lo com suas bases, com o professorado e, no início do próximo ano legisla tivo, pudéssemos então discutir a nível de plenário, podendo oferecer ao professorado do Paraná o estatuto tão esperado.

Eram as considerações que me cabia fazer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "À maioria, o importante não é voar, mas comer. Para a gaiota, contudo, o importante não é comer, é voar.

Deputado de primeira Legisatura, com vinte e cinco anos de idade, e tendo como currículo de vida apenas a modesta contribuição de minha passagem pela Câmara Municipal de Apucarana, era desejo meu, fazer meu primeiro pronunciamento sério, no ano que vem, em que traçaria os rumos de meu comportamento, depois de mais pausada meditação e mais acurado estudo e observação dos fatos políticos que me rodeiam, e que me fizeram escolher esta carreira como meio de servir à minha Pátria.

Quiseram os fatos entretanto, abreviar esse momento para o dia de hoje, e sigo o destino que me é imposto, tomando minha posição diante do futuro com plena responsabilidade de ação, e com pleno conhecimento das coisas e das circunstâncias. Estamos fazendo história e não posso por mais tempo deixar as

águas turvas, para uso dos tentáculos dos polvos. . . É por isso que me apressa (doe em quem doer, de fora ou de dentro de meu partido). . . A fazer a minha profissão de fé, personalíssima em sua decisão responsável. . . de qualquer maneira, assentada em longa meditação.

Acabo de ler e de meditar uma conferência simples, em sua forma e grandiosa em seu conteúdo, a qual deixou marcas no pensamento de incontáveis constitucionalistas, que vieram após ela. Pronunciou-se a Ferdinand de la Salle, em 1848, em Paris. Indagava ele sobre a "Essência de uma constituição". "O que é uma Constituição?" eis o título da conferência. Não é uma teoria. É uma análise da ontologia de um "SER" — é uma verificação científica do que seja uma CONSTITUIÇÃO em sua estrutura existencial.

Para ser examinada por outras lúpas de sociólogos, de filósofos, jusistas e de cientistas políticos, de ontem, de hoje e de amanhã.

Verificamos a necessidade urgente de um reexame do conflito estabelecido por Ferdinand de La Salle, depois de passado pelo prisma de "teoria dos objetos", desde Edmund Husserl e Frank Brentano até Carlo Cossi e Miguel Realle, conceito que nos chegou através de trabalhos publicados na imprensa local, no início do ano, nas edições dominicais da "Gazeta do Povo", da lavra do Professor Antonio Rocha.

Qual a "ESSÊNCIA" da nossa Constituição, eis a indagação que urgentemente devemos nos fazer, todos nós da classe política, se quisermos ter os pés na terra, inseridos na "REALIDADE PALPÁVEL" dos nossos dias. REALIDADE CONDICIONADA PELO NOSSO COMPLEXO GEO-POLÍTICO? DO QUAL NÃO PODEMOS NOS DESGARRAR, SEM NOS PERDERMOS NO TEMPO E NO ESPAÇO.

Dirá o jurista: (o jurista preso nas malhas de um normativismo puro, e com a cabeça platonicamente virada para o mundo da Lua) que a Constituição é a Lei Magna ou a "Lei Fundamental de uma Nação". Lei, portanto, que traça os FUNDAMENTOS DA ORGANIZAÇÃO política de uma Nação. Organização que é ORDENAMENTO DE ÓRGÃOS PARA A AÇÃO. Mas é só isto. "A AÇÃO EXISTENTE NA REALIDADE", O QUE INTERESSA. Por isso é que estou indagando: "O QUE É UMA CONSTITUIÇÃO" e não O QUE DEVERIA SER". Indagando sobre o "QUE É", estamos indagando sobre a "essência" de uma constituição. Não só da nossa, mas de qualquer outra: do Japão, da França, dos Estados Unidos, da Utopia.

E então responde Ferdinand de La Salle, profundo em sua simplicidade: "É A SOMA DOS FATORES REAIS DO PODER".

"FATORES REAIS" . . . Quem diz "REAIS" diz históricos existentes no mundo dos fatos, do mundo palpável, no mundo sentido, na carne de todos nós. A nossa constituição, escrita no papel, diz por exemplo em seu artigo 144 inciso II, que a promoção dos juizes se fará por entrância para entrância, POR MERECIMENTO E POR ANTIGUIDADE. A "Constituição real" chamada também "HISTÓRICA", verificada pelo consenso geral nos diz que a promoção dos juizes se faz por ANTIGUIDADE e "POR PRESTÍGIO JUNTO DOS POLÍTICOS OU DO GOVERNO".

No momento da nomeação, o "MERECIMENTO" portanto é letra morta, na Constituição escrita não existente, na realidade. "O PRESTÍGIO JUNTO DOS PODEROSOS DO DIA", eis O FATOR REAL que existe na CONSTITUIÇÃO REAL.

Só mais um exemplo para fixação do conceito de "O QUE É" (E não do que deveria ser) uma Constituição: diz o artigo 152, inciso I, da Constituição do Brasil: "A organização, o funcionamento e a extinção dos partidos são regulados em lei federal, observados os seguintes princípios: regime representativo e democrático, baseado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem". ENTRETANTO TEMOS SÓ DOIS PARTIDOS e os "fatores reais do Poder" não permitem a criação de mais nenhum e o sistema se assenta publicamente no bipartidarismo e o defende.

A CONSTITUIÇÃO REAL, a que funciona, a que permanece, é a histórica: "é a soma dos fatores reais do poder". A Constituição esdrúscula PODE-SE DIZER QUE É EPISÓDICA. Embora em busca da perfeição e até ideal dos constitucionalistas que ela represente à Constituição Real.

EIS AQUI PORTANTO, "o que é", o que funciona, o que existe na realidade palpável dos fatos históricos como nós afirmamos a sociologia, ou seja a VERIFICAÇÃO DOS FATOS SOCIAIS. ELES DEVEM NOS NORTEAR PARA NOS GUIAR NA AÇÃO POLÍTICA: É VERDADE.

Mas... acontece perante a história que "os fatores reais" algumas vezes, SEJAM A CORRUPÇÃO DE VALORES DE UMA CULTURA EXPRESSA NOS SENTIDOS DE UMA CONSTITUIÇÃO ESCRITA. E então as forças positivas de uma Nação em defesa de sua cultura, agem no sentido de restaurar os valores postos em perigo. FOI O QUE ACONTECEU NO CURSO DE NOSSA HISTÓRIA QUE CULMINOU COM O PROPONCIAMENTO MILITAR DE 1964, QUE CONTOU COM O APOIO DO CONGRESSO NACIONAL, QUE NO SISTEMA REPRESENTATIVO E A VOZ DA NAÇÃO. Negá-lo seria negar a história. E foi dito nos preâmbulos dos Atos Institucionais que "os processos constitucionais não funcionavam"; que a corrupção dos órgãos do governo, instalados nos três poderes demonstravam a sua inadequação às normas estabelecidas de tal sorte, que não seriam mais aos valores que elas visavam. Que tudo estava perdido para os valores de nossa cultura e o governo que inepto a conter a subversão, ou até mesmo estava a serviço dela.

Então as Forças Armadas intervieram no processo constitucional para restabelecer a ordem, para repor o Brasil nos rumos do querer nacional que almejava por um Governo de forma democrática.

E isto se fez por uma revolução. Afirmou-se alto e bom som: "O QUE HOUVE E CONTINUARÁ HAVENDO... É UMA REVOLUÇÃO". E veio logo abaixo, no preâmbulo do ATO INSTITUCIONAL que institucionalizou a Revolução a 9 de abril de 1964:

"Os chefes da Revolução vitoriosa graças à ação das forças armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o povo é o único titular".

O Congresso Nacional foi mantido e legitimado. Aceitou o Ato e lá permaneceu, elegeu o Presidente. Foi a Nação quem o fez. Negá-lo seria negar a história.

E a Bíblia da Revolução de 64, a que lhe deu legitimidade, pois é preciso que se tenha em mira, que todos os constitucionalistas do mundo tem como certo que a Revolução é a maneira legítima de se investir nos poderes constituintes. É o Ato Institucional número UM. Os outros são consequências dele. Não há muitas revoluções pois ficou bem certo, que "O QUE HÁ... E CONTINUARÁ HAVENDO... É UMA AUTÊNTICA REVOLUÇÃO". O princípio da "revolução permanente" ficou assim estabelecido.

Veio o Ato 2, veio o 4 e o 5. Veio a Constituição de 67 e sua emenda em 69. Vieram as eleições na Assembleia Legislativa, e encontraram-me em campanha política, com 22 anos...

Não tenho, compromissos para com o passado. Era um menino em março de 64, e segui apenas o destino que me foi imposto pela única opção política — partidária que me sobrava, no

contexto da política municipal, em verdade a única realidade político — partidária, que bem poderia servir de base para a reconstrução do nosso sistema representativo. Mas isto é outra história...

Em verdade... se isto me fora possível optar, entraria para um partido que se dispusesse a defender os "valores revolucionários autênticos" contidos na "Bíblia Democrática" que é sem dúvida alguma o preâmbulo do Ato Institucional de 9 de abril

— o Ato Institucional nº 1

CREIO naquele Ato como expressão de legitimidade revolucionária.

CREIO em que "A REVOLUÇÃO SE DISTINGUE DE OUTROS MOVIMENTOS ARMADOS PELO FATO DE QUE NELA SE TRADUZ NÃO O INTERESSE E A VONTADE DE UM GRUPO, MAS O INTERESSE E A VONTADE DA NAÇÃO".

CREIO em que os dois partidos existentes representam, portanto, a Nação.

CREIO, SÓ POR CAUSA DISTO, na legitimidade do Poder constituinte da Revolução vitoriosa que se investiu naqueles poderes, em nome da Nação, poderes que são PLENOS, ILIMITADOS, INCONDICIONADOS E INDEPENDENTES DE QUALQUER NORMATIVIDADE ANTERIOR.

CREIO na Revolução como PROCESSO LEGÍTIMO em que "Os Chefes Revolucionários" impulsionam o desenvolvimento dialético de nossas forças culturais, e por isto...

CREIO NA LEGITIMIDADE DOS MEIOS EMPREGADOS PARA CONTER A CORRUPÇÃO E A SUBVERSÃO E PARA IMPLANTAR OS OUTROS VALORES POR QUE FOI FEITA A REVOLUÇÃO. MAS...

CREIO na necessidade urgente da definição clara dos valores revolucionários ou seja dos "OBJETIVOS PERMANENTES" da Revolução brasileira, que devem ser buscados através dos "OBJETIVOS ATUAIS" que sejam expressos em normas que atendam às aspirações nacionais, que não se confundem com as aspirações de um grupo só.

CREIO EM QUE a solução do impasse seja bem simples, desde que se retorne à fonte contida na "Bíblia da Revolução" é um processo "legítimo" e, portanto, todas as metas partidárias devem ser encaradas como buscadas para o momento definitivo, o que vier depois de que "o processo" propriamente se tiver exaurido, com a institucionalização definitiva da Revolução.

CREIO, que a LIMITAÇÃO DOS PODERES dentro do que a imaginação criadora dos estadistas e dos políticos indicar, com vistas nos fatos históricos que se sucederam depois de 200 anos, a contar de Montesquieu, deva vir, SOMENTE APÓS O FINDAR DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO.

CREIO, portanto, na legitimidade dos poderes contidos no Ato V, DURANTE O PROCESSO, por ser ele a EXPRESSÃO NORMATIVA DA ESSÊNCIA DA REVOLUÇÃO, revogado o Ato, revogou-se a Revolução e reintegrou-se o Brasil, em um estado de normalidade, mas... afirme-se sem medo QUE A REVOLUÇÃO TENHA SIDO FEITA COM VISTAS AO FUTURO, porque a Revolução é UMA INSTITUIÇÃO com objetivos permanentes e a estrutura do seu SER só existirá no terceiro momento dialético de sua existência, QUE É O MOMENTO NORMATIVO.

A Revolução nascerá, com a SUA CONSTITUIÇÃO, que não seja remendada, ao calor de um momento. Ela tem que ser a expressão e a vontade da cultura de uma Nação, mesmo que seja ditada por contingências históricas e condicionamentos geopolíticos. O resto é utopia. Por isso, que estamos, dentro de um processo gestatório, apenas.

CREIO NA EXATA IGUALDADE filosófica dos liberais DA ARENA e dos radicais do MDB que não conseguiram sentir nem palpar o momento histórico que influe, desde que estamos em guerra entre a chamada CULTURA ORIENTAL e a CULTURA OCIDENTAL. São FATOS E VALORES todos eles aparecido depois de Montesquieu e do Abade Sieyes, e seria desconhecer a natureza e a estrutura "DO ESTADO" que é um SER querer que as normas que serviam há duzentos anos passados, continuem a servir exatamente aos dias de hoje. SOLON, DRACON, HAMURABI, MOISÉS, serviram para os seus dias. Não é possível pensar que as coisas tenham parado com a Revolução Francesa, e tenhamos sempre que acordar, o Abade Sieyes para escrever as nossas Constituições. As declarações de Direito dos Homens tem que ser revistas diante dos FATOS e dos VALORES NOVOS, dentro do nosso condicionamento geopolítico. Assim o exige a SEGURANÇA de que os valores devam ser atingidos. É a exigência primeira de todas Revoluções,

CREIO, por isto, que estamos no limiar de uma nova era que só poderá ser construída por aqueles que têm os olhos no futuro, depois de terem aprendido com o passado, por isto...

CREIO na exata dimensão de igualdade dos liberais da ARENA e dos radicais do MDB e eles abarcam, lastimavelmente, 50 por cento de nossos partidos, e aí está a razão da crise permanente da NOSSA - porque é ela NOSSA - Revolução Porque somos todos brasileiros e porque a preâmbulo do Ato Institucional afirma a sua legitimidade dizendo: "A Revolução se distingue dos outros movimentos armados, pelo fato de que nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação".

CREIO na existência da insatisfação tanto na ARENA, quanto ao MDB, advindas da falta de definições dos princípios ou valores revolucionários, e estas insatisfações às vezes com a subversão; por isto...

CREIO NA LEGITIMIDADE do Ato I - 5, para EXTIRPAR DO PROCESSO DEMOCRÁTICO, OS REAIS AGENTES DA SUBVERSÃO, que nos dias de hoje, em face da guerra deflagrada entre os dois mundos, não podem conviver como irmãos, QUANDO PODIAM NOS TEMPOS FIMOS DA LIBERAL DEMOCRACIA, desde que os outros querem a liberdade para dela se usarem e depois extirparem-na para todo o tempo. Já fizeram isto com quatro quintos do mundo e "Quem não olhar o passado terá o castigo de vê-lo repetir-se", como nos ensina Georges Sanrayana. Eles estão infiltrados em todos os partidos, e em todos os postos do Governo, ensina-nos a história e disto deve saber melhor que eu o SNI. É natural que procurem de preferência o partido da oposição.

CREIO, REPITO, na LEGITIMIDADE DO AI-5, para extirpar dos partidos os AGENTES DA SUBVERSÃO, PORQUE CREIO QUE É NECESSÁRIO QUE AMBOS OS PARTIDOS SE ENCHAM DA PRESENÇA DE UMA REVOLUÇÃO VERDADEIRAMENTE NACIONAL, "PELO FATO DE QUE NELA SE TRADUZ NÃO O INTERESSE E A VONTADE DE UM GRUPO, MAS O INTERESSE E A VONTADE DA NAÇÃO".

Que a Revolução Nacional é esta em que o partido dito

da Revolução não defende os valores da Revolução; não atende ao chamamento do Presidente da República quando lhe pede inspiração e só bate palmas, quando lhe parece que vai findar o AI-5, ou seja, a própria Revolução? Sim, porque a Revolução é o AI-5. Que revolução é esta, quando o seu partido critica, quando ministros do Supremo Tribunal fazem o mesmo e no Congresso ninguém a defende? Sim, porque a Revolução em sua expressão normativa é o Ato I 5?

CREIO ENFIM, na possibilidade da solução do impasse que se avizinha, desde que os radicais do MDB admitam a Revolução como processo legítimo de sanear os bolsões de corrupção e de subversão existentes, até dentro de si mesmo, EM PREPARAÇÃO PARA A DEMISSÃO DOS PONTOS DE NOSSO PROGRAMA ESTATUTÁRIO QUE ADMITO COMO META DA CONSTITUIÇÃO DO FUTURO; desde que os liberais da ARENA parem de suspirar por revogações atuais do Ato I-5, por voltas ATUAIS de "habeas corpus", por retornos imediatos de garantias constitucionais à magistratura, antes da reorganização de seus instrumentos jurídicos e de seus órgãos; antes da reorganização da Polícia, de nosso sistema eleitoral, de nossos quadros dirigentes, porque em tudo há corrupção e subversão e só a Revolução, não tenhamos medo de afirmá-lo, é capaz de a curto prazo atacar os bolsões de incidência daqueles desvalores.

E CREND0 na sinceridade do Sr. Presidente da República, quando pediu inspiração à criatividade da classe política, é que creio na viabilidade de uma Revolução acima dos Partidos, em que o Sistema se expresse por um ESTADO institucionalizado normativamente como "síntese-dialética-integrativa" da Oposição "Direito-Força" em que o Presidente da República dirigiria um Conselho Nacional órgão que se comporia da cúpula dos três poderes: Segurança Nacional, STF e Mesa do Congresso Nacional, cúpulas que teriam o mesmo número de membros: órgão Supremo do Estado, que teria permanentemente, em estado de potência, poderes constituintes, delegáveis ou não, ao Conselho de Segurança Nacional ou ao Presidente da República, logicamente, suprema instância corretora das distorções e das sucumbências dos três "Ramos do Poder Nacional" Uno e Trino.

Dentro da nossa democracia plural, dentre tantas opções válidas, creio que a um membro do MDB seja lícito oferecer ao exame da classe política o que pensa sobre o impasse que se avizinha, com o crescimento inarredável das forças populares que se aglutinam em torno do Partido da Oposição.

E por fim quero afirmar que creio na propriedade privada, com função social, como meio de realização da felicidade no que tange ao gozo dos bens terrenos; creio em Deus e não admito qualquer forma de concepção materialista da História e dentro destes postulados, creio que posso exercer o meu mandato com responsabilidade e o pensamento na Tribuna Legislativa de meu Estado — O Estado do Paraná.

Aos meus pares, do MDB e da ARENA, ofereço esta opção para que sirva de meditação e de ponto de encontro sincero em que todos admitam a "viabilidade de alternância no Poder" dos dois partidos, desde que admitam primeiro, como legítimo o processo revolucionário com todas as suas implicações e poderes, em segundo lugar, desde que extirpados os bolsões de desva

lores que se possa almejar por uma REVOLUÇÃO ACIMA DOS PARTIDOS; POIS SÓ ESTA É NACIONAL, E, PORTANTO, LEGÍTIMA.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauricio Fruet. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel. — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso. — (Declina).

Com a palavra, o Sr. Deputado Lúcio Machado. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 73/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento Estadual de Trânsito, com o Município de Ibaí, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área daquele Município. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 74/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Departamento Estadual de Trânsito, com o Município de Apucarana, objetivando dar cumprimento a dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido Município. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução nº 75/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito, DETRAN e o Município de São Mateus do Sul, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área do referido Município. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 66/75, que declara de Utilidade Pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS S.O.S., da cidade de Santo Antonio da Platina. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 88/75, que declara de Utilidade Pública a CASA DA CRIANÇA RECANTO FELIZ, com sede e foro na cidade de Santo Antonio da Platina. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 94/75, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS

EXCEPCIONAIS da cidade de Paraíso do Norte. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 101/75, que declara de Utilidade Pública o HOSPITAL SÃO VICENTE DE PAULO, da cidade de Tomazina. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 128/75, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA INTEGRADA ESTADUAL AMÉRICA, 2ª Unidade componente Dr. Ermelino de Leão, da cidade de Curitiba. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei nº 154/75. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. deputado Jorge Sato, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 164/75. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei nº 158/75. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 105º aniversário de instalação do município de Rio Negro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do expediente, de sessão anterior com sua discussão encerrada, solicitando seja enviada sugestão ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que providencie uma sindicância junto à Delegacia de Polícia no Município de União da Vitória, tendo em vista as arbitrariedades que vem acontecendo naquela cédula policial. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, e ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de serem alterados o Decreto Federal 64064, bem como o Decreto Estadual, a fim de ser incluído obrigatoriamente, nos característicos dos bilhetes de passagem, em transporte rodoviário, o nome do passageiro. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, visando providências para assegurar a extensão da rede de água a regiões de Cianorte. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Padre Boleslau Liana, vigário da Paróquia de Batéias, município de Campo Largo, pela inauguração do prédio destinado às futuras instalações do Centro de Saúde daquela localidade. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Gover-

nador do Estado e Secretário de Recursos Humanos, no sentido de que seja dado cumprimento ao disposto nos artigos 202 e 203 da Lei nº 6.174. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Adalberto Daros e Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando seja constituída uma comissão composta de cinco Srs. Deputados, para nos dias 20, 21 e 22 do corrente, visitarem a empresa Companhia Fotográfica Euclides S/A., sediada em Lins, Estado de São Paulo, especializada nos ramos de identificação civil. — **Aprovado.**

A Mesa designa os Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima, Quielise Crisóstomo, Rosário Pitelli, Jayme Rodrigues Carvalho e Adalberto Daros para comporem a referida Comissão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine a reconstrução de Ponte da Cachoeira, que liga Umbará, município de Curitiba a São José dos Pinhais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente, na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Setor de Educação, solicitando prorrogação do prazo, por mais 60 (sessenta) dias, contados a partir do início da próxima sessão legislativa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que determine seja efetuada a reforma e ampliação do Ginásio Estadual Dr. José de Sá Nunes e do Grupo Escolar Olavo Bilac. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, tão somente para que seja mudado o destinatário do requerimento. Que se dirija ao Secretário dos Negócios da Administração do Estado, que é a Pasta responsável pelo setor de reforma de próprios do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Solicito que seja encaminhada a emenda por escrito.

— (É encaminhada a Emenda à Mesa).

“Senhor Presidente.

No requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, proponho que se proceda à seguinte alteração:

ONDE SE LÊ:

“da Educação e Cultura”.

Substitua-se por:

“de Administração”.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1975.

a) IVO THOMAZONI

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento, ressalvada a emenda.

— **Aprovado.**

Em votação a emenda do Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrân-

gelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser proposta alteração da Lei Orgânica do ICM, a fim de ser concedida isenção sobre as mercadorias de baixa rentabilidade comercial nas feiras livres. — Em votação. O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, quer me parecer, que o requerimento do eminente Deputado Walter Pietrângelo, em que consubstanciou um apelo dirigido ao Sr. Governador do Estado, que pretende individualizar o benefício. O código Tributário Nacional, é imperativo quando diz que toda e qualquer isenção de tributo, deve ter caráter genérico e impessoal.

Posteriormente, existem instruções do Ministério da Fazenda em que toda e qualquer alteração da Lei que regulamenta o lançamento de cobrança de tributo de Imposto de Circulação de Mercadorias, deve ter a anuência dos Secretários da Fazenda dos Estados Federados. Quer me parecer, Sr. Presidente, em que pese a nobre iniciativa do eminente Deputado, o requerimento muito embora ele nada almeje do que apelar ao Sr. Governador do Estado, para que adote medidas que isentem determinada categoria do pagamento deste tributo, desde que ele individualize o benefício, porque não tem caráter genérico nem impessoal como a Lei claramente dispõe, quer me parecer que mesmo aprovada pelo Plenário, o Sr. Governador do Estado não poderia atender, face à contrariedade que provocará na Lei Maior.

Era o que cabia, Sr. Presidente, além de declarar que eu votarei contrariamente à mesma.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento. — **Rejeitado.**

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Será procedida a verificação de votação solicitada.

— (É feita a verificação).

14 Srs. Deputados votaram contrariamente.

14 Srs. Deputados votaram a favor.

A Mesa vota a favor do requerimento. — **Aprovado o requerimento.**

O SR. NELSON BUFFARA — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas para cumprimentar V. Exa. que, pela primeira vez, em 10 anos de legislatura, assisti um empate entre ambas as bancadas. E V. Exa. sabiamente, com muita categoria, com muita classe que lhe é peculiar, decidiu pelo “voto Minerva” decidiu pela aprovação.

V. Exa. não tinha o crescer, mas cresceu sobremaneira, no conceito.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para amanhã, dia 18, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM 1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 92/75.

Marcando ainda, uma sessão ordinária para amanhã, dia 18, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 97/75, 07/76, 98/75 e 99/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 100/75, 101/75,

102/75, 103/75, 104/75, 105/75, 106/75, 107/75, 108/75, 108/75, 109/75 e de Lei nº 132/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 105/74, 187/74, 51/75, 53/75, 89/75, 128/75, 147/75, 164/75.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 608/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista a ATA de reunião da Comissão de Reforma Administrativa e Reformulação dos Serviços Técnicos e Burocráticos desta Assembléia, 19 de julho de 1975,

R E S O L V E :

designar BLUMER BOSQUILIA, Diretor do Departamento de Pessoal, para compor a Comissão acima citada, instituída pelo Decreto Legislativo nº 288/75, de 12 de junho de 1975, a partir de 19 de julho do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de novembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 609/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10969, de 30 de outubro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, GIL CESAR DANTAS BRUEL, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento sobre seus vencimentos, a partir de 02 de junho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de novembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 610/75

Senhor Presidente.

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10449, de 14 de outubro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

- I — revogar a Portaria nº 47/75, de 26 de fevereiro de 1975,
- II — designar, WALTER JOSÉ PEIXER, matrícula nº 136, ocupante do cargo de Técnico de Administração, nível PL "28", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços na Liderança da ARENA, junto ao Gabinete do Deputado Fabiano Braga Cortes, a partir de 19 de novembro de 1975;
- III — autorizar, o funcionário acima citado, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo grati-

ficação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, a partir de 19 de novembro de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de novembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 611/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11466, de 12 de novembro de 1975, deste Poder

R E S O L V E :

I — revogar o item II, da Portaria nº 590/75, de 30 de outubro de 1975;

II — autorizar, a funcionária DALVA LOURENÇO CORREA, ora à disposição deste Poder Legislativo, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 17 de junho do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de novembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 708/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11040/75, de 31 de outubro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

Art. 1º — Fica autorizada a emissão das folhas de pagamento do Poder Legislativo através do Centro de Processamento de Dados do Departamento de Finanças.

Art. 2º — Para efeito de alterações de vencimentos, em códigos de remuneração, não serão considerados os valores inferiores à unidade de cruzeiro.

Parágrafo único — Não se pagarão as diferenças ou se farão modificações de cálculo, nos casos previstos neste artigo.

Art. 3º — O Departamento de Pessoal e o Departamento de Finanças, distribuição aos funcionários questionários individuais para o fim de cadastramento geral dos servidores da Assembléia Legislativa.

§ 1º — Ressalvadas as hipóteses legais de afastamento do exercício funcional o não preenchimento ou não devolução, dos questionários, em prazo prefixado, implicará na sustação do pagamento dos vencimentos, vantagens ou proventos.

§ 2º — O prazo para devolução, pelo funcionário, do formulário preenchido não poderá ser inferior a trinta (30) dias.

Art. 4º — Não serão mais consignadas em folha de pagamento importâncias inferiores a Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros).

Parágrafo único — As consignações existentes, que contrariem o disposto neste artigo, serão gradativamente cancelados, após cientificados o consignatário e demais interessados.

Art. 5º — Fica consignado Coordenador do Centro de Processamento de Dados o Diretor do Departamento de Finanças, ao qual se autoriza baixar normas, com o visto do Diretor

Geral, para regulamentar a execução do disposto neste Decreto Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de novembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 709/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11211/75, de 06 de novembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar o Decreto Legislativo nº 134/74, de 26 de março de 1974, que conta para todos os efeitos legais, o tempo de dois (02) meses, correspondentes ao dobro das férias relativas ao ano de 1973, em favor do funcionário NELSON SILVIO SALLES, Matrícula nº 491, ocupante do cargo de Advogado, nível PL 26, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, em virtude da referida contagem já ter sido feita através do Decreto Legislativo nº 97/74, de 12 de março de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", de 17 de novembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 710/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11094/75, de 3 de novembro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

Art. 1º – revogar o Decreto Legislativo nº 577/75, que designou JURACY JOSÉ SOMMAVILLA, ocupante do cargo de nível PL 20, de Oficial Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Oficial de Gabinete da 2ª Secretaria, a partir de 03 de novembro de 1975.

Art. 2º – designar, MARIA LEONILDA ROCHA, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL 18, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Oficial de Gabinete da 2ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 03 de novembro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de novembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 711/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10961/75, de 30 de outubro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, nos termos do Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a CELSO FARACO, matrícula nº 237, ocupante do cargo de nível PL 23, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 1º de outubro de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de novembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 712/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10612/75, de 20 de outubro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar pagar a AYRTON PRECOMA, ocupante do cargo de nível PL 22, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, as quotas de salário família, referentes aos filhos menores Ayrton Ferreira Precoma e Wilson Roberto Ferreira Precoma, nos termos do Art. 195, inciso II, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 27 de julho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de novembro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 712/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 10716/75, de 21 de outubro de 1975, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, nos termos do Art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a DELTA DE ALMEIDA CARDOSO, ocupante do cargo de nível PL 27, da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 21 de outubro de 1975, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 17 de outubro de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário